



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Eixo temático: Serviço Social, geração e classes sociais

Sub-eixo: Adolescência

NECESSIDADE DE CONSOLIDAR A SAÚDE SEXUAL E REPRODUTIVA COMO POLÍTICA SOCIAL

EDA JAQUELINE BARROS¹

GISLAINE TEIXEIRA SOARES²

MARLETE FERREIRA DA SILVA³

RESUMO

O bem-estar geral dos indivíduos e das comunidades depende fundamentalmente da saúde sexual e reprodutiva. Este trabalho visa enfatizar a importância de estabelecer a saúde sexual e reprodutiva como uma política social fundamental. A implementação de políticas inclusivas e acessíveis é essencial para garantir os direitos reprodutivos e promover a igualdade. Essa revisão bibliográfica também destacou a importância de uma abordagem educativa que tenha em conta as questões de gênero e de autonomia e que promova um diálogo construtivo entre os profissionais de saúde e a sociedade.

Palavras-chaves: Saúde Sexual; Saúde Reprodutiva; Políticas Públicas; Direitos Reprodutivos; Serviço Social.

ABSTRACT

The overall well-being of individuals and communities fundamentally depends on sexual and reproductive health. This work aims to emphasize the importance of establishing sexual and reproductive health as a fundamental social policy. The implementation of inclusive and accessible policies is essential to guarantee reproductive rights and promote equality. This literature review also highlighted the importance of an educational approach that takes into account issues of gender and autonomy and that promotes a constructive dialogue between health professionals and society.

Keywords: Sexual Health; Reproductive Health; Public Policies; Reproductive Rights; Social Service.

¹ Pontifícia universidade católica de Goiás

² Pontifícia universidade católica de Goiás

³ Pontifícia universidade católica de Goiás



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

INTRODUÇÃO

A saúde sexual e reprodutiva é um aspecto importante da saúde pública e dos direitos humanos, diretamente relacionado com o bem-estar físico, mental e social dos indivíduos. No entanto, a consolidação dessa área como uma política social forte ainda enfrenta grandes desafios, principalmente nos países em desenvolvimento, onde as desigualdades socioeconômicas, culturais e de gênero afetam o acesso aos serviços de saúde. As discussões em torno da saúde sexual e reprodutiva se intensificaram no Brasil nas últimas décadas, impulsionadas por movimentos sociais, avanços legislativos e maior consciência da importância de políticas públicas inclusivas.

O objetivo deste artigo é discutir a necessidade de consolidar a saúde sexual e reprodutiva como uma política social fundamental no Brasil, enfatizando a importância de uma abordagem integrada e multidimensional para garantir o acesso universal e a equidade na atenção à saúde nessa área.

Para atingir esse objetivo, foi realizada uma revisão bibliográfica que incluiu análises sobre o conceito de serviço social, o desenvolvimento das políticas de saúde sexual e reprodutiva e os desafios da implementação dessas políticas no contexto brasileiro. A revisão se fundamentou em artigos científicos e livros, para estabelecer uma base teórica sólida para a discussão proposta, com bases de dados como: *SciELO* e *Google Scholar*, abrangendo o período de dez anos.

O trabalho está dividido em três capítulos principais. O capítulo I apresenta o conceito de serviço social e sua relevância para a política social. O segundo capítulo trata da saúde sexual e reprodutiva, discutindo seu conceito, sua importância e os desafios enfrentados na promoção desses direitos. O terceiro capítulo analisa as políticas de saúde sexual e reprodutiva, destacando as diretrizes e ações que vêm sendo implementadas e os obstáculos encontrados em sua execução. Por fim, são apresentadas conclusões e recomendações para a consolidação da saúde sexual e reprodutiva como política social fundamental no Brasil.

1- Conceito de Serviço Social

O Serviço Social constitui-se como uma profissão na especialização e reconhecimento da sua intervenção pela sociedade, desde que cumpra os requisitos necessários para tal, por possuir um conjunto sistemático de teorias, autoridade profissional, sanção formal pela sociedade, um

código de ética e uma cultura. Sendo esse instrumento utilizado ao longo das rotinas sociais, para conceder a todos uma oportunidade de desenvolvimento no ambiente social (Gentilli, 2016).

Strazzeri (2014) discute a forma como o conceito de “social” evoluiu ao longo do tempo e as suas implicações para o trabalho social. O autor salienta que o trabalho social tem sido moldado por estas mudanças, passando de uma abordagem assistencialista para uma abordagem mais crítica e emancipatória.

Pode-se verificar que o processo de institucionalização foi algo primordial para que no Brasil fosse promovidas algumas ações buscando minimizar ou trabalhar as questões sociais muito presente, devido principalmente a introdução do capitalismo como uma metodologia de vida no campo econômico, algo que impactou consideravelmente as classes menos favorecida (Negrini *et al.*, 2021).

A utilização da institucionalização se torna algo de suma importância, sendo introduzido nos serviços de saúde e públicos, todos os processos para conceder aos cidadãos uma oportunidade de obter condições mínimas de vida. Vale destacar como introdução dos benefícios sociais, uma das formas encontradas pelos governantes para trabalhar os aspectos de maior impacto na qualidade e oportunidade dos indivíduos (Sodré, 2015).

O serviço social se torna algo extremamente necessário ao longo dos anos, principalmente por se tratar de uma das formas mais eficientes de identificar quais as maiores necessidades dos cidadãos e trabalhar de forma mais definida como os governantes ou demais representantes populares podem realizar as melhorias necessárias ao desenvolvimento igualitário (Barroco; Terra, 2018).

Santos e Vasconcelos (2015) analisam a transformação das políticas sociais no Brasil no contexto da reestruturação do Estado, destacando o impacto dessas mudanças no campo do serviço social. Os autores discutem a relevância do serviço social na mediação e implementação dessas políticas, destacando o papel fundamental dos profissionais da área na defesa dos direitos sociais em tempos de austeridade e retração das políticas públicas.

As políticas sociais no contexto do Estado capitalista têm uma natureza paradoxal, pois, apesar de visarem a redução das desigualdades sociais, são muitas vezes estrangidas pela necessidade de manutenção da ordem capitalista, o que leva à perpetuação das desigualdades que supostamente deveriam eliminar (Boschetti; Behring, 2016).

Por meio de suas finalidades o serviço social busca promover uma melhor condição de vida junto a sociedade, assim como esclarecer aos governantes e cidadãos a responsabilidade de

cada um dentro do desenvolvimento social, assim como das oportunidades ou condições nas quais os indivíduos se encontram. O serviço social tem uma responsabilidade muito grande dentro do desenvolvimento observado nas sociedades (Pisón, 2018).

2- Saúde sexual e reprodutiva

A saúde sexual e reprodutiva é um estado de bem-estar físico, mental e social relacionado com o sistema reprodutivo e as suas funções e processos. Inclui a capacidade de ter uma vida sexual segura, satisfatória e sem riscos, e a liberdade de decidir se, quando e quantos filhos (Brabo; Silva; Maciel, 2019).

A educação sexual desempenha um papel vital neste sentido, fornecendo informações completas sobre sexualidade, reprodução, métodos contraceptivos, prevenção de doenças sexualmente transmissíveis (DST) e direitos relacionados à saúde sexual. O acesso a serviços de saúde, como contraceptivos, cuidados pré-natais, cuidados de maternidade e tratamento de problemas de saúde reprodutiva, também é fundamental para garantir o bem-estar da população (Silva, 2020).

Os direitos reprodutivos são parte integrante da saúde sexual e garantem que os indivíduos sejam capazes de tomar decisões informadas sobre a sua saúde sexual e reprodutiva, sem discriminação, coerção ou violência, o que inclui a disponibilidade de contraceptivos, a opção por serviços de aborto seguro, quando permitido, e a autonomia para determinar como lidar com questões reprodutivas. Além disso, os elementos cruciais da saúde sexual e reprodutiva que salvaguardam o bem-estar dos indivíduos e melhoram a saúde geral incluem a prevenção, o diagnóstico e o tratamento de infecções sexualmente transmissíveis, como o HIV/AIDS.

A educação sexual e reprodutiva continua sendo um recurso pouco utilizado na promoção da prevenção da gravidez precoce e das DSTs. De acordo com a Organização Mundial da Saúde (OMS), a média de gravidez na adolescência e de DSTs no Brasil é muito alta em comparação com países mais desenvolvidos. Além disso, estudos demonstram que menos da metade dos adolescentes se envolvem em comportamentos sexuais de forma protegida, apesar de conhecerem os métodos de prevenção (Freitas; Carvalho; Araújo, 2017).

Desde a antiguidade, a sexualidade feminina é um aspeto reprimido e subjugado nas sociedades machistas e patriarcais. Consequentemente, a experiência das raparigas neste

domínio é muito mais complexa, uma vez que os seus direitos não estão garantidos e estão quase sempre numa relação de subordinação em relação aos homens. As ações de educação para a saúde devem, portanto, basear-se no princípio da equidade (Amaral *et al.*, 2017).

Uma vez que a consciência sexual tenha surgido, os jovens são geralmente movidos pela curiosidade quando têm a oportunidade de se envolver em experiências sexuais. Isso pode expô-los a uma série de riscos, como o de contrair doenças sexualmente transmissíveis e o de sofrer abusos. Considerando o grande preconceito existente ao longo da história do Brasil, os jovens negros e/ou indígenas, especialmente do sexo feminino, estão mais vulneráveis aos riscos (Martins; Neto, 2014).

Considerando o campo sexual e reprodutivo, muitos profissionais de saúde acabam por promover a ideia de que essa população é sempre irresponsável, inexperiente e imatura, o que acaba por afastar os jovens das atividades educativas oferecidas pelas unidades de saúde, pois se sentem condenados e julgados, não conseguindo estabelecer uma relação com os profissionais e nem desempenhar um papel ativo no processo de aquisição de conhecimento (Schaefer *et al.*, 2018).

Problemas como esses colocam em risco os objetivos de prevenção e promoção da saúde traçados em 1994, quando foi criada a Unidade de Saúde da Família (USF). As Unidades de Saúde Familiar são o principal meio de acesso da população aos serviços de saúde e os centros de cuidados de saúde primários que desempenham um papel preponderante na saúde dos adolescentes (Sena Filha; Castanha, 2014).

A mudança de “saúde da mulher” para “direitos reprodutivos” começou no início da década de 1980, quando um grupo de feministas brasileiras participou ativamente da Primeira Conferência Internacional sobre Saúde da Mulher, em Amsterdã. No entanto, o termo só passou a ser utilizado oficialmente a partir da década de 1990, quando a Organização das Nações Unidas convocou conferências internacionais temáticas para reafirmar e reforçar mutuamente questões relacionadas a gênero, saúde, igualdade, autonomia e direitos humanos, entre outras (Lemos, 2014).

O bem-estar mental e emocional desempenha um papel crucial na saúde sexual e reprodutiva, abrangendo assistência para desafios como violência sexual, gravidez não planejada e infertilidade. Garantir a segurança das mães e dos bebês, bem como contribuir para gravidezes e nascimentos seguros, depende do acesso a cuidados pré-natais de alta qualidade, serviços profissionais de obstetrícia e apoio pós-natal (Jager *et al.*, 2014).



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

É vital capacitar as mulheres e as raparigas através da promoção da saúde sexual e reprodutiva; ajuda a reduzir a mortalidade materna e infantil, previne a transmissão de infecções sexualmente transmissíveis e permite que os indivíduos tomem decisões informadas relativamente às suas vidas reprodutivas, promovendo, em última análise, resultados positivos no desenvolvimento social e econômico (Ferreira; Pinho Neto, 2018).

3- Políticas de saúde sexual e reprodutiva

As políticas de saúde sexual e reprodutiva são um conjunto de diretrizes, normas e ações estabelecidas por governos, organizações internacionais e outras entidades para garantir o acesso universal e equitativo a cuidados de saúde sexual e reprodutiva. Essas políticas são fundamentais para promover o bem-estar geral da população, assegurar direitos reprodutivos, reduzir desigualdades e melhorar a qualidade de vida, especialmente de mulheres, adolescentes e grupos marginalizados (Koerich *et al.*, 2015).

A consolidação da saúde sexual e reprodutiva como política social é fundamental para garantir os direitos humanos, promover a equidade de gênero e melhorar a qualidade de vida das populações. A saúde sexual e reprodutiva abrange diversas questões, incluindo o acesso a métodos contraceptivos, educação sexual, serviços de saúde para a prevenção e tratamento de DST) e cuidados durante a gravidez e o parto. A falta de acesso adequado a estes serviços pode violar os direitos fundamentais, especialmente para as mulheres, que muitas vezes enfrentam barreiras adicionais devido às desigualdades de gênero (Hewitt; Roye; Gebbie, 2014).

Um dos principais objetivos das políticas de saúde sexual e reprodutiva é garantir que todas as pessoas, independentemente de sua localização geográfica, condição socioeconômica ou identidade, tenham acesso a serviços de saúde de qualidade. Isso inclui o acesso a métodos contraceptivos, cuidados pré-natais e pós-natais, tratamentos para DSTs, serviços de aborto seguro onde legal, e apoio para infertilidade. Políticas eficazes devem assegurar que esses serviços sejam acessíveis, disponíveis e aceitos por todas as camadas da população, com especial atenção para grupos vulneráveis, como mulheres de baixa renda, adolescentes, pessoas LGBTQIA+, e populações rurais ou indígenas (Moreira *et al.*, 2015).

Os Direitos à Saúde Sexual e Reprodutiva (DSSR) foram recentemente reconhecidos e são considerados uma conquista histórica, decorrente da luta pela cidadania e pelos direitos

humanos. Os DSSR incluem o direito a ter comportamentos sexuais sem constrangimento, a ter filhos voluntariamente e a autodeterminação em matéria de contracepção (BRASIL, 2011).

Estes direitos devem ser concretizados para que os governos possam desenvolver estratégias eficazes, uma vez que a satisfação das necessidades de cuidados de saúde sexual e reprodutiva (SSR) relacionadas com as experiências de homens e mulheres deve ser um compromisso de política pública numa perspectiva abrangente (Cappiello; Levi; Nothnagle, 2016).

O marco legal para a atuação em SSR é a Conferência Internacional sobre População e Desenvolvimento (CIPD), que definiu a SSR como elemento essencial da saúde e dos direitos sexuais e reprodutivos, abandonando a ênfase na necessidade de limitar o crescimento populacional, e a IV Conferência Mundial sobre a Mulher, que definiu os direitos sexuais e reprodutivos como direitos humanos. No Brasil, a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, em especial a Política Nacional de Direitos Sexuais e Reprodutivos, orienta as ações em saúde sexual e reprodutiva (Gomes; Lopes, 2022).

O conceito de direitos reprodutivos passa a ser classificado como um ato político, que envolve diálogo e negociação. No entanto, essa mudança de enfoque é complexa e demorada, pois implica uma transformação cultural da sociedade que requer um enfoque na educação em saúde e no protagonismo dos atores envolvidos na atenção à saúde por meio do diálogo, da corresponsabilidade e da reflexão (Sousa; Coelho, 2014).

No Brasil, o termo programa reprodutivo é utilizado nas políticas de saúde sexual e reprodutiva em substituição a planejamento familiar, que tem sido defendido como um conceito mais abrangente, uma vez que o conceito de planejamento familiar, assim como o de controle de natalidade, tem um enfoque econômico-demográfico (BRASIL, 2013).

A organização das instituições e práticas de saúde reproduz esse contexto, prestando serviços de saúde fragmentados e ineficientes, voltados para queixas clínicas e ainda prioritariamente dirigidos ao público feminino. Seus serviços ainda são predominantemente terapêuticos, com pouquíssimas ações preventivas e promocionais na área de saúde sexual e reprodutiva (Hewitt; Roye; Gebbie, 2014).

O exercício concreto dos direitos sexuais e reprodutivos requer o desenvolvimento de políticas públicas de salvaguarda da saúde sexual e reprodutiva, sendo o serviço público de saúde uma de suas principais áreas de atuação. Os cuidados de saúde são uma das suas principais áreas de atuação. A exigência de o Estado garantir esses direitos está, portanto, diretamente

ligada ao processo de trabalho dos profissionais de saúde, pelo que, dependendo da sua atitude perante os utentes, essa garantia pode ser posta em causa (Carneiro *et al.*, 2015).

Nesse sentido, é importante estimular o diálogo entre os envolvidos na atenção à saúde, com uma proposta educativa que leve em conta não apenas o modelo biomédico, mas também questões relacionadas a gênero, sexualidade, autonomia e liberdade, a fim de estabelecer uma abordagem não discriminatória que garanta a promoção, a proteção e o exercício dos direitos sexuais e reprodutivos com base na integralidade da atenção à saúde como princípio norteador das práticas assistenciais no contexto da saúde (Schicocchet, 2018).

As políticas de saúde sexual e reprodutiva estão intimamente ligadas aos direitos reprodutivos, que incluem o direito de decidir livre e responsabilmente sobre o número, espaçamento e momento dos filhos, o direito ao acesso a informações e métodos para exercer essas escolhas, e o direito ao mais alto padrão possível de saúde sexual e reprodutiva. Políticas bem formuladas devem proteger e promover esses direitos, assegurando que as pessoas tenham autonomia sobre seus corpos e decisões reprodutivas, o que inclui a implementação de políticas que eliminem práticas discriminatórias, coerções ou violência relacionadas à saúde reprodutiva, e que garantam o consentimento informado em todos os serviços prestados (Sousa; Coelho, 2014).

Políticas de saúde sexual e reprodutiva devem abordar a prevenção e a resposta à violência sexual e de gênero, incluindo a violência doméstica, o estupro e outras formas de abuso. Isso inclui a implementação de políticas que garantam o acesso a serviços de saúde para sobreviventes de violência, incluindo cuidados de emergência, apoio psicológico, e acesso a métodos contraceptivos de emergência. Políticas devem promover a sensibilização e a educação para prevenir a violência de gênero, e garantir que as leis e políticas protejam os direitos das vítimas e responsabilizem os agressores (Koerich *et al.*, 2015).

Embora significativos avanços tenham sido feitos nas últimas décadas, ainda existem desafios substanciais na implementação eficaz de políticas de saúde sexual e reprodutiva. Barreiras culturais, religiosas e políticas podem dificultar o acesso a serviços de saúde sexual e reprodutiva, especialmente em regiões onde os direitos reprodutivos são restritos (Gomes; Lopes, 2022).

A desigualdade de gênero, a falta de financiamento e a escassez de profissionais de saúde treinados também representam obstáculos importantes. No entanto, o avanço da tecnologia, a crescente conscientização pública e o fortalecimento das redes de apoio podem ajudar a superar



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

esses desafios e garantir que todas as pessoas possam exercer plenamente seus direitos de saúde sexual e reprodutiva (Schicchet, 2018).

A adoção de políticas de saúde sexual e reprodutiva, baseadas em evidências e centradas nos direitos humanos, é crucial para alcançar a igualdade de gênero e melhorar a saúde pública, visto que devem ser continuamente adaptadas às mudanças sociais e tecnológicas, assegurando que todas as pessoas, em todos os contextos, tenham acesso aos cuidados de saúde sexual e reprodutiva de que necessitam para viver vidas saudáveis e dignas (Gomes; Lopes, 2022).

4. Resultados e Discussão

A pesquisa inicial identificou um total de 40 artigos, todos eles cuidadosamente analisados para garantir a relevância e a fiabilidade da informação. Destes, 29 artigos foram selecionados para extração de dados e trabalho. A triagem rigorosa desses artigos foi essencial para garantir que a discussão fosse baseada em evidências sólidas relacionadas ao tema da saúde sexual e reprodutiva como política social.

Os artigos selecionados abordaram diferentes aspectos da saúde sexual e reprodutiva, com foco nas políticas públicas, nos direitos reprodutivos e na importância do serviço social na promoção dessas políticas. A análise desses estudos mostra que há uma necessidade urgente de políticas mais integradas e acessíveis que levem em conta as especificidades de diferentes populações, como mulheres, adolescentes e pessoas marginalizadas. A falta de políticas fortes e a fragmentação dos serviços de saúde têm conduzido a desigualdades persistentes no acesso aos cuidados de saúde sexual e reprodutiva, nomeadamente em detrimento dos grupos mais vulneráveis.

Os resultados do estudo também mostram que, embora o Brasil tenha feito progressos na legislação e nas políticas públicas de saúde sexual e reprodutiva, ainda existem lacunas significativas na implementação dessas políticas, especialmente nas áreas rurais e entre as populações com menos recursos. A análise destaca a importância de uma abordagem multidimensional, incluindo educação em saúde, capacitação de profissionais e fortalecimento das redes de apoio para garantir a efetividade e a inclusão das políticas de saúde sexual e reprodutiva.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

Barroco e Terra (2018) destacam a importância do serviço social na mediação das necessidades sociais e na formulação de políticas públicas, enfatizando que o fortalecimento da profissão é essencial para a implementação de políticas efetivas de SSR. Gentilli (2016) destaca a importância da prática institucionalizada do serviço social, que permite que o serviço social seja capaz de prestar serviços de melhor qualidade e mais próximos das necessidades das pessoas, principalmente em situações de vulnerabilidade social.

Negrini *et al.* (2021) defendem a necessidade de rever e reforçar as políticas existentes para garantir que todos os cidadãos, independentemente do estatuto socioeconômico ou da localização geográfica, tenham acesso aos serviços de saúde de que necessitam. Amaral *et al.* (2017) e Freitas, Carvalho e Araújo (2017) destacam a importância da educação em saúde como ferramenta para promover a saúde sexual e reprodutiva dos adolescentes, enfatizando que lacunas nessa área contribuem para altas taxas de gravidez precoce e transmissão de DSTs.

Ademais, as pesquisas de Lemos (2014) e Sena Filha e Castanha (2014) sugerem que, apesar dos avanços nas políticas de saúde sexual e reprodutiva, ainda há resistências culturais e estruturais que impedem sua plena implementação. Eles defendem que uma abordagem mais participativa e educativa que envolva toda a comunidade e promova uma compreensão mais alargada dos direitos reprodutivos é fundamental para ultrapassar estas barreiras.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Consolidar a saúde sexual e reprodutiva como política social é essencial para garantir o bem-estar e os direitos fundamentais de todos os indivíduos, especialmente das mulheres, dos adolescentes e dos grupos marginalizados. Ao longo deste trabalho, tornou-se claro que, embora tenham sido alcançados progressos significativos na formulação de políticas públicas destinadas à saúde sexual e reprodutiva, ainda permanecem lacunas e desafios a serem abordados para que estas políticas sejam plenamente implementadas de forma eficaz e inclusiva.

O serviço social desempenha um papel crucial na mediação entre as demandas sociais e a implementação dessas políticas, sendo um agente fundamental na promoção de práticas mais equitativas e na garantia do acesso universal aos serviços de saúde. A educação para a saúde também foi destacada como uma ferramenta essencial para prevenir problemas como gravidez



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

precoce e doenças sexualmente transmissíveis, enfatizando a necessidade de programas educacionais mais fortes e mais acessíveis.

Além disso, a análise das políticas de saúde sexual e reprodutiva revelou a importância de uma abordagem multidimensional e participativa, que envolva não só o sector da saúde, mas toda a sociedade na promoção e proteção dos direitos reprodutivos. Esta abordagem deve incluir a superação das resistências culturais e estruturais, o fortalecimento das redes de apoio e a educação continuada dos profissionais de saúde.

Em suma, para que a saúde sexual e reprodutiva se consolide como uma política social eficaz, é essencial que haja um compromisso contínuo com a educação, a inclusão e a equidade. Somente através de esforços coordenados e integrados será possível alcançar uma sociedade mais justa e saudável, onde a todos os indivíduos seja garantido o direito de exercer a sua sexualidade e de se reproduzir de forma segura, informada e sem discriminação.

REFERÊNCIAS

AMARAL, A.M.S. et al. Adolescência, gênero e sexualidade: uma revisão integrativa. **Rev. Enf. Cont.**, v.6, n.1, p.62-67, 2017.

BARROCO, M. L. S.; TERRA, S. H. **Código de ética do (a) assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2018.

BOSCHETTI, Ivanete; BEHRING, Elaine Rossetti. O sentido de Estado social capitalista. In: **Assistência Social e Trabalho no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2016.

BRABO, T.; SILVA, M.; MACIEL, T. Gênero, sexualidades e educação: cenário das políticas educacionais sobre os direitos sexuais e reprodutivos de jovens e adolescentes. **Práxis Educativa**, 2019;15:1-21.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Política nacional de atenção integral à saúde da mulher**. Brasília: MS, 2011.

BRASIL. Ministério da Saúde (MS). **Saúde sexual e saúde reprodutiva**. Brasília: MS, 2013.
Acesso em: 15 ago. 2024.

CAPPIELO, J.; LEVI, A.; NOTHNAGLE, M. Core competencies in sexual and reproductive health for the interprofessional primary care team. **Contraception**, v.93, n.5, p.483-545, 2016.

CARNEIRO, R. et al. **Educação sexual na adolescência: uma abordagem no contexto escolar**. *Rev. SANARE*, 2015;14(01):104-108.

FERREIRA, T.; PINHO NETO, J. Na contramão da informação preventiva: desinformação sobre prevenção de HIV/AIDS. **Biblionline**, 2018;3(14):3-13.

FREITAS, N.O.; CARVALHO, K.E.G.; ARAÚJO, E.C. Estratégia de educação em saúde para um grupo de adolescentes do Recife. **Rev. Adolesc. Saúde**, v.14, n.1, p.29-36, 2017.

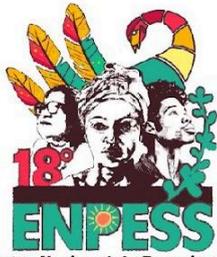
GENTILLI, R. Representações e práticas: identidade e processo de trabalho no serviço social. 2. ed. São Paulo: **Veras**, 2016.

GOMES, N.L.; LOPES, C. de S. Panorama of risky sexual behaviors in the Brazilian adult population – PNS 2019. **Rev. Saúde Pública**, 2022;56(61):1-11.

HEWITT, C.M.; ROYE, C.; GEBBIE, K.M. Core competency model for the family planning public health nurse. **Public Health Nursing**, v.31, n.5, p.472-479, 2014.

JAGER, M.E. et al. O adolescente no contexto da saúde pública brasileira: reflexões sobre o PROSAD. **Psicol. Estud.**, v.19, n.2, p.211-221, 2014.

KOERICH, C. et al. Gestão do cuidado de enfermagem ao adolescente que vive com HIV/AIDS. **Esc. Anna Nery**, p.115-123, 2015.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

LEMOS, A. Direitos sexuais e reprodutivos: percepção dos profissionais da atenção primária em saúde. 2014. Disponível em: <https://doi.org/10.5935/0103-1104.20140022>. Acesso em: 15 ago. 2024.

MARTINS, N.R.M.; NETO, J.M. **Adolescente, esse ser em transformação**. In: PARANÁ. Secretaria de Estado da Educação. Superintendência de Educação. Os desafios da escola pública paranaense na perspectiva do professor PDE. Curitiba: SEED/PR, v.1, p.1-19, 2014.

MOREIRA, W.C. et al. Ações educativas do enfermeiro na promoção da saúde sexual e reprodutiva do adolescente. **Rev. Interdisc.**, v.8, n.3, p.213-220, 2015.

NEGRI, Fabiana L.; SANTOS, Maria T.; KRÜGER, Tânia R. Atuação da/o Assistente Social em Face da Pandemia do COVID-19: orientações técnicas elaboradas pelo conjunto CFESS/CRESS. In: TAPAJÓS, Luziele et al. (Orgs.) **Pandemia, Políticas Públicas e Sociedade**. Florianópolis-SC: Emais [E-book], 2021.

PISÓN, José Martínez de. **Políticas de bienestar: um estudio sobre los derechos sociales**. Madrid: Tecnos, 2018.

SANTOS, A. N.; VASCONCELOS, M.C.A. A política social: alguns elementos para o debate. In: Reconfiguração do Estado e suas Expressões na Política Social brasileira. Org. Josiane Soares Santos... [et al.] São Cristóvão: Editora **UFS**, 2015.

SCHAEFER, R. et al. Políticas de saúde de adolescentes e jovens no contexto luso-brasileiro: especificidades e aproximações. **Ciênc. Saúde Coletiva**, v.23, n.9, p.2849-2858, 2018.

SCHIOCCHET, T. Fala Direito Comigo: educação em direitos humanos para o exercício de direitos sexuais e reprodutivos para jovens e mulheres. 1ª ed. Curitiba: **Multi foco**, 2018.

SENA FILHA, V.M.; CASTANHA, A.R. Profissionais de unidades de saúde e a gravidez na adolescência. **Psicol. Soc.**, v.26, p.79-88, 2014.



Encontro Nacional de Pesquisadoras
e Pesquisadores em Serviço Social

10 a 14 de dezembro de 2024
ISSN 2965-2499

Relações de classe e raça-etnia:
desafios a uma formação profissional
emancipatória no Serviço Social

SILVA, W.M.F. A invisibilidade do prazer feminino na saúde: uma análise da relação entre direitos humanos e direitos sexuais. **Moitará-Rev. do Serv. Soc.**, v.1, n.5, p.60-74, 2020.

SODRÉ, F. A atuação do Serviço Social em cuidados paliativos. **Serviço Social & Sociedade.**, São Paulo, ano XXVI, n.82, p.131-147, jul. 2015.

SOUSA, M.G.; COELHO, M.M.F. Contando bem, que mal tem? Construção de tecnologia educativa sobre sexualidade para promoção da saúde com adolescentes. **Rev. Diálogos Acad.**, v.3, n.2, 2014.

STRAZZERI, Victor. A trajetória histórica do “social”. In: **Serviço social e Sociedade** n. 119, Cortez: São Paulo, jul/set, 2014.